ACIDENTES DO TRABALHO E INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA

OCCUPATIONAL ACCIDENTS AND WELFARE INDEMNITY

Francisco Chagas C. SANTOS¹

Resumo: A ainda não controlada ocorrência de acidentes de trabalho no Brasil têm contribuído para o aumento do déficit da Previdência Social, incidindo no aumento dos benefícios pagos por esta aos acidentados, como: auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez, reabilitação profissional e social e pensão por morte. Devido a esta realidade, a Previdência Social alterou a metodologia do cálculo do Fator Acidentário Previdenciário – FAP, incluindo através dos Riscos Ambientais do Trabalho - RAT, o potencial de ocorrência de acidentes nas empresas. Estas pagarão a alíquota de 1%, 2% ou 3%, respectivamente, dependendo se o potencial de ocorrência de acidentes é, respectivamente, leve, médio ou grave. Para fazer frente à esta penalização, as empresas buscarão a melhoria contínua de segurança, investindo na contratação de profissionais de segurança, treinamento e conscientização dos funcionários, incluindo o que visa ao envolvimento e comprometimento das lideranças e implementando programas tais como: gestão de riscos, auditoria de segurança e gestão dos incidentes e acidentes de trabalho, dentre outros.

Palavras-chave: Acidentes de trabalho, Indenização acidentária

Abstract: Accidents related to the job activities are not under control, yet in Brazil and have a huge contribution to the Social Security financial deficit due to the increase in the several benefits like sickness help, a accident help, disability retirement professional and social habilitation and death pension, as well. So that, the Social Security has modified recently the calculation of Accident Security index, including, through the "Environmental Risks", the potential of a accident occurrence. The enterprises should pay 1%, 2% or 3% duty depending on the potential of accident occurrence be light, medium or severe, respectively. In order to face this situation the enterprises should invest on safety continuous improvement, hiring safety professionals and implementing safety and health programs aiming the increase in the safety standard like: safety training and a wareness of all operational employees and the leaderships and the implementation of Risk Administration, Safety Audit, and Accident and Incident Administration and other's pertinent programs.

Key words: Occupational accidents, Welfare indemnity

¹ Graduado em Engenharia Química, especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e Engenharia da Qualidade e MBA em Sistemas de Gestão Ambiental. Professor do Curso de Tecnologia em Segurança no Trabalho – Faculdade Herrero. e-mail: fcaldassantos@oi.com.br

Durante um seminário em Curitiba - NTEP - "Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário", promovido pela Proteção Eventos, tive acesso à seguinte estatística de acidentes de trabalho no Brasil:

- 14 acidentes/doenças ocupacionais a cada 10 minutos;
- Uma morte a cada 3 horas.

Segundo o apresentador, é no setor da construção civil e sebr de transporte rodoviário de cargas onde são registrados atualmente o maior número dessas ocorrências.

É sabido que as ocorrências acima têm um enorme peso financeiro para a Previdência, contribuindo, de forma muito significativa, para o seu já tão comentado déficit, que chega à cifra de mais de uma dezena de bilhões de reais. Os benefícios previdenciários por infortúnios laborais e que pesam muito para os cofres da Previdência são:

- Auxílio-doença – salário mensal (91% do salário benefício) pago ao trabalhador acidentado após o 15º dia do afastamento, enquanto durar este.
- Auxílio-acidente – salário mensal (50% do salário benefício) pago ao trabalhador acidentado como indenização pela redução da capacidade para o trabalho, após cessar o auxílio-doença).
- Aposentadoria por invalidez – salário mensal (100% do salário benefício) pago ao trabalhador acidentado por perder sua capacidade para o trabalho.
- Reabilitação profissional e social – despesas visando à reabilitação do trabalhador acidentado para o trabalho e para o convívio social.
- Pensão por morte – salário mensal aos dependentes, cujo valor é o mesmo que seria pago ao trabalhador acidentado em caso de invalidez.

Os chamados custos diretos ou previdenciários incluem além dos gastos com o pagamento dos benefícios previdenciários, as despesas com atendimento médico-hospitalar, com transporte de acidentado e com remédios.

Com certeza, esta realidade inspirou a Previdência Social a alterar a metodologia de cálculo para o FAP, que é um item gerador do SAT – Seguro de Acidentes do Trabalho, a ser pago pelas empresas. Para fins de Seguro Previdenciário a Previdência passou a utilizar o RAT – Riscos Ambientais do Trabalho. Por esta nova metodologia, as empresas que demonstram que reduzem os riscos nos postos de trabalho já foram ou serão beneficiadas por esta nova metodologia de cálculo do FAP. Em decorrência dos riscos ambientais e numa empresa, as alíquotas são de 1%, 2% e 3% sobre a folha de pagamento, sendo:

- 1% - para as empresas em cuja atividade preponderantemente esse risco seja considerado leve.
- 2% - para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio.
- 3% - para as empresas em cuja atividade preponderantemente esse risco seja considerado grave.

Além do pagamento Seguro de Acidente de Trabalho através da alíquota correspondente, quais são os demais ônus das empresas nesse contexto? As empresas arcam ainda com os seguintes ônus:

- Pagamento salarial ao trabalhador acidentado durante os primeiros 15 dias subsequentes ao do acidente.
- Danos ou avarias em máquinas, em equipamentos ou em ferramentas que porventura estejam sendo utilizados pelo trabalhador acidentado.
- Parada de máquinas ou equipamentos importantes, que pode afetar o processo produtivo até que seu reparo ou substituição seja providenciado.
- Reflexos negativos no ambiente de trabalho onde ocorreu o acidente, com a conseqüente queda de produtividade.
- Reflexos na imagem da empresa que, dependendo da gravidade do acidente e da repercussão causada à comunidade, poderá ser muito depreciativos.

Além disso, as empresas podem pagar o ônus em face do acidente ocorrido com trabalhador após uma disputa judicial, cuja competência de decisão foi atribuída à Justiça do Trabalho através da Emenda Constitucional nº 45, de 31.12.2004.

Também, para os trabalhadores acidentados são desastrosas as conseqüências ou danos. Vejamos:

- Sofrimento físico, lesão incapacitante, total ou parcial, permanente ou temporária ou morte.
- Reflexos psicológicos negativos decorrentes de eventuais seqüelas acidentárias, inclusive propiciando distúrbios familiares, dependendo do grau de incapacidade sofrida.
- Redução salarial, pois os benefícios previdenciários normalmente são pagos em valores inferiores à remuneração sugerida em atividade laboral.

REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art 1o O Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no. 3.048, de 6 de maio de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 201-D:

I - até 31 de dezembro de 2009, a empresa deverá implementar programa de prevenção de riscos ambientais e de doenças ocupacionais, que estabeleça metas de melhoria das condições e do ambiente de trabalho que reduza a ocorrência de benefícios por incapacidade decorrentes de acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais, e pelo menos cinco por cento, em relação ao ano anterior, observado o seguinte:

- a) a responsabilidade pela elaboração do programa de prevenção de riscos ambientais e de doenças ocupacionais será, exclusivamente, de engenheiro com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, que o assinará;
- b) o programa de prevenção de riscos ambientais e de doenças ocupacionais elaborado deverá ser homologado pelas Superintendências Regionais do Trabalho, vinculadas ao Ministério do Trabalho e Emprego, e será colocado à disposição da fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil e do Ministério do Trabalho e Emprego sempre que exigido;

II - até 31 de dezembro de 2010, a empresa que comprovar estar executando o programa de prevenção de riscos ambientais e de doenças ocupacionais implantado no prazo e forma estabelecidos no inciso I, terá presumido o atendimento à exigência fixada no inciso I do § 9o do art. 14 da Lei no 11.774, de 2008;

III - a partir de 1o de janeiro de 2011, a empresa deverá comprovar a eficácia do respectivo programa de prevenção de riscos ambientais e de doenças ocupacionais, por meio de relatórios que atestem o atendimento da meta de redução de sinistralidade nele estabelecida. (DECRETO Nº 6.945, DE 21 DE AGOSTO DE 2009).

AÇÕES DE PREVENÇÃO QUE PODEM SER DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA

O que uma empresa pode fazer para cuidar da integridade física de seus funcionários e também pagar baixas alíquotas à Previdência como forma de Seguro de Acidente de Trabalho?

Não entraremos aqui no mérito de qual programa de segurança a empresa deve adotar. Mas é bom que se diga que independente do programa, a empresa deve possuir ou contratar serviços de profissionais com capacidade para:

- Treinar e conscientizar toda sua liderança em prevenção de acidentes e nos demais aspectos ligados à Segurança do Trabalho, para que esta pratique e faça com que os funcionários se espelhem nesses líderes durante o desenvolvimento de suas atividades laborais e, também, nas atividades fora da empresa, tais como: dirigir seu veículo com segurança e praticar segurança e atividades domésticas e no lazer.
- Levantar os riscos envolvidos em suas operações e fazer com que os funcionários conheçam aqueles inerentes à sua atividade laboral.
A empresa deve, além disso, gerenciar esses riscos, analisando-os, estabelecendo as prioridades e alocando verbas para minimizá-los ou eliminá-los.
- Realizar, sistematicamente, auditorias de segurança como forma de manter todos os funcionários alinhados com as boas práticas de segurança do trabalho, reduzindo, assim a probabilidade da ocorrência de acidentes e incidentes.
- Estabelecer procedimento para análise de acidentes e incidentes. A liderança da área onde ocorreu o acidente ou incidente é quem deve tomar a iniciativa da investigação da ocorrência. Outros profissionais também devem participar da investigação e análise dessas ocorrências, como: Engenheiro ou Técnico de Segurança, membro da CIPA, o trabalhador acidentado, dentre outros.

Como realizar uma boa investigação e análise de um acidente ou incidente? Vejamos:

Considerando-se que a ocorrência de acidente ou incidente é, de modo geral, pluricausal, recomenda-se a utilização do método conhecido como "Método dos Por Quês" sempre que forem analisadas as causas de sua ocorrência.

Os pontos básicos numa investigação de uma ocorrência, de forma a propiciar uma descrição adequada e compreensiva, estão enumerado abaixo:

- a) Data e hora da ocorrência.
- b) Local onde ocorreu (área, setor ou sub setor).

REVISTA GESTÃO & SAÚDE (ISSN 1984-8153)

- c) O que o trabalhador estava fazendo no momento da ocorrência.
- d) De que forma ocorreu.
- e) Quais foram suas consequências, ou seja, que tipo de lesão sofreu o trabalhador.
- f) A quanto tempo o acidentado estava trabalhando na função.

Para fins de estatística, as lesões de vem ser bem estabelecidas ou nominadas, com a ajuda do serviço médico da empresa. As lesões, de modo geral, são:

- Contusão – que decorre de um traumatismo sobre qualquer região do organismo, sem que ocorra rompimento da pele.
 - Entorse – que resulta de um movimento anormal ou exagerado nas articulações dos ossos.
 - Luxação – que ocorre quando os ligamentos de uma articulação óssea são submetidos a esforços excessivos, ocasionando o deslocamento dos ossos articulados de sua posição normal.
 - Fratura – que a ruptura ou quebra de qualquer osso que compõe o esqueleto humano. Ela pode ser simples ou fechada, quando o osso fraturado não perfura a pele e aberta ou exposta, quando o osso fraturado perfura a pele, caso em que a fratura torna-se visível.
 - Ferimento – que propicia o rompimento da pele, dando origem a sangramentos.
 - Queimaduras – que é a lesão produzida nos tecidos humanos pela ação do calor e de substâncias químicas ácidas ou alcalinas.
- g) Que partes do corpo foram atingidas. A descrição das partes do corpo do trabalhador atingidas tem grande importância estatística.
 - h) Fator pessoal de insegurança: Características físicas e psíquicas do trabalhador que possam ter contribuído direta ou indiretamente para o acidente.
 - i) Quanto tempo de experiência na função possui o trabalhador acidentado.
 - j) Qual foi o agente da lesão (piso, escada, máquina, radiação, produto químico, etc).
 - l) Qual foi a fonte da lesão (fiação da máquina de corte, aresta cortante, corrente elétrica ou fiação exposta).

ESTABELECENDO AS CAUSAS DOS ACIDENTES E INCIDENTES

1. Quem deve investigar e analisar as causas dos acidentes e incidentes?

Na maioria das organizações, a iniciativa desta tarefa é dos profissionais da área de Segurança do Trabalho. Em nossa opinião, no entanto, a iniciativa de investigar e analisar uma ocorrência deve partir da liderança da área onde ocorreu o evento. Dessa forma, ela estará mais alinhada com as ações corretivas estabelecidas e será maior o seu comprometimento com a sua implementação.

Para compor a comissão de investigação e análise de acidentes e incidentes a liderança da área deve convocar:

- O Engenheiro ou Técnico de Segurança, que lhe dará o devido suporte técnico no uso das ferramentas adequadas.
- Um Representante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, que torna legítima a investigação.
- O trabalhador acidentado, quando houver e for possível sua participação.
- Outros profissionais, dependendo do agente da lesão ou da característica do dano.

Apesar de toda ocorrência requerer atenção, aquelas de maior gravidade de vem ser analisadas por uma comissão com maior capacidade técnica e poder de decisão.

Também, não se pode esquecer de que, de acordo com a Legislação (NR-5, item 5.27), quando ocorrer um acidente grave ou morte, a CIPA deve reunir-se extraordinariamente para discutir a ocorrência.

2. Análise das causas dos acidentes e incidentes – Método dos Porquês

Conforme já citado, deve-se utilizar sempre o método dos porquês para que a causa raiz da ocorrência seja estabelecida. Para isso, além dos profissionais da Segurança do Trabalho, os demais profissionais que possam ser convidados a participarem da análise de acidentes e incidentes devem ser treinados nessa metodologia, que consiste em se fazer perguntas (por quê?), até que se esgotarem as respectivas respostas.

Como exemplo, consideremos que um trabalhador sofrera um acidente de trabalho, caindo de um andaime de aproximadamente 4 metros de altura e, em consequência, sofrera uma fratura em um tornozelo. Evidentemente, o trabalhador não estava usando o cinto de segurança, além de haver uma falha na montagem do andaime, pois não havia guarda-corpo e não havia batentes laterais nas tábuas, conforme foi apurado durante a investigação do acidente.

Primeiro por quê: Por quê o trabalhador caiu do andaime?

Resposta: Porque ele executava um serviço em altura sem usar o cinto de segurança, além do andaime ter sido montado com tábuas sem batentes laterais sem guarda-corpo.

REVISTA GESTÃO & SAÚDE (ISSN 1984-8153)

Segundo por quê: Por quê o trabalhador não estava usando o cinto de segurança neste serviço em altura?

Resposta: Porque ele era novo na empresa e não recebera treinamento no procedimento de serviço em altura. Assim, ele não sabia que antes de iniciar o trabalho ele tinha que chamar o técnico de segurança para avaliar os riscos do serviço e proceder à liberação.

Terceiro por quê: Por quê o trabalhador foi executar um serviço para o qual não estava treinado?

Resposta: Segundo a liderança da área, ele desconhecia o fato de que o trabalhador ainda não havia sido treinado.

Quarto por quê: Por quê a liderança da área desconhecia o fato de que o trabalhador acidentado ainda não havia sido treinado?

Resposta: Porque ainda não há na área uma sistemática para controle dos treinamentos dos funcionários, incluindo o treinamento em serviços de risco.

Quinto por quê: Por quê ainda não há na área uma sistemática para o controle dos treinamentos dos funcionários, incluindo o treinamento em serviços de risco?

Resposta: Porque esta sistemática ainda está em fase de implantação em toda a empresa.

Podemos agora estabelecer as causas deste acidente:

- causa raiz: funcionário não havia sido treinado em serviços de risco, incluindo serviços em altura, pela ausência de uma sistemática de controle de treinamento.

- demais causas: andaime inadequado devido à falta de guarda-corpo e tábuas sem batentes laterais; o funcionário não estava usando cinto de segurança e funcionário não treinado em serviços em altura;

ESTABELECIMENTO DE AÇÕES CORRETIVAS

Estabelecida a causa raiz do acidente, agora já podemos determinar as ações corretivas para combater esta e as demais causas:

1. Estabelecer um procedimento para serviços em altura, enfatizando a montagem adequada de andaime e o uso de cinto de segurança e treinar todos os envolvidos.

Responsável: Gerente da área com o apoio da Segurança do Trabalho.

Prazo: 20 dias

2. Estabelecer uma sistemática para controle dos treinamentos dos funcionários da Manutenção e demais áreas da empresa.

Responsável: Gerente da área.

Prazo: 10 dias

RELATÓRIO DE ACIDENTE - MÉTODO DOS CINCO POR QUÊS

ANÁLISE DE ACIDENTES - MÉTODO DOS 5 PORQUÊS	
DADOS DO ACIDENTE:	
NOME DO ACIDENTADO:	FUNÇÃO:
ÁREA:	LOCAL:
DATA DA ADMISSÃO:	TEMPO NA FUNÇÃO:
DATA/HORA DO ACIDENTE:	
DESCRIÇÃO DO ACIDENTE:	
DESCRIÇÃO DA LESÃO:	
<i>Instrução de preenchimento do formulário:</i>	
PERGUNTE POR QUE, ATÉ QUE SEJA IDENTIFICADA A CAUSA RAIZ DO ACIDENTE.	
	?
1º Porquê	Resposta:
	?
2º Porquê	Resposta:
	?
3º Porquê	Resposta:
	?
4º Porquê	Resposta:
	?
5º Porquê	Resposta:
AÇÕES CORRETIVAS:	
1.	
Responsável:	Prazo:
2.	
Responsável:	Prazo:
3.	
Responsável:	Prazo:

OUTRAS PRERROGATIVAS DO EMPREGADOR NO TOCANTE À MINIMIZAÇÃO DE SEUS ÔNUS

1. Seguir a constituição (CF – 1988 / Art. 7º).

“São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXII – redução dos riscos inerentes aos trabalhadores, por meios de normas de saúde, higiene e segurança do trabalho; XXIII – seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa”.

Obs.: Sob a ótica da responsabilidade criminal, tema juridicamente complexo e relevante, é importante destacar que se sujeitam não só o empregador e seus prepostos, como também os profissionais de segurança e saúde no trabalho, sempre que ficar caracterizado o dolo ou culpa de cada um deles na ocorrência do infortúnio laboral.

2. Trabalhar com estatística dos acidentes de trabalho.

Os dados estatísticos dos acidentes de trabalho têm o seguinte objetivo:

- a) possibilitar comparações do desempenho do programa de segurança do trabalho da empresa;
- b) propiciar o desenvolvimento de estudos referentes ao custo dos acidentes;
- c) fornecer aos órgãos públicos e particulares dados concretos e atualizados acerca do número de acidentes, bem como das despesas dos infortúnios;
- d) desenvolver programas que visem à redução de acidentes do trabalho e, assim, permitir que a empresa pague prêmios menores no tocante ao seguro de acidentes.

De acordo com a estatística acidentária oficial, o número de acidentes do trabalho registrado no Brasil, foi menor no período de 1990 a 1999, comparado ao período 1970 a 1979, apesar do número de trabalhadores ter aumentado.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Edwar Abreu. Acidentes de trabalho e indenização acidentária. 2006. 1047 p. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho, São Paulo, 2006.

DECRETO Nº 6.945, DE 21 DE AGOSTO DE 2009 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6945.htm)